Ata da Centésima Décima Segunda Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Secretaria da Cultura Realizada em 19 de dezembro de 1984.

As quinze horas do dia 19 de dezembro de 1984, na sala de Curadores da Fundação Nacional de Arte, localizada no prédio do Museu Nacional de Belas Artes, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a presidência do Senhor Marcos Vinícios Vilaça, sendo Secretário o Senhor Joaquim Cavalcanti de Lyra, presentes os Conselheiros Afonso Arinos de Mello Franco, Pedro Calmon, Gilberto Freyre, Rodrigo Mello Franco de Andrade, José E. Mindlin, Eduardo Kneese de Mello, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Gilberto Velho, Maria da Conceição Vasconcellos, Lourenço Luiz Lacombe, Diretor do Museu Imperial, Américo Jacobina Lacombe, Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, Aloísio Magalhães de Queiroz, Diretor do Museu Nacional de Belas Artes. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Gerardo Britto Mello Mourão da Câmara, Diretor do Museu Histórico Nacional, e Henrique Mindlin, Diretor do Museu Nacional. Ao se iniciar a reunião, os Conselheiros deliberaram, unanimemente, que a sessão teria caráter reservado, permanecendo na sala apenas os membros do Conselho. Dando início aos trabalhos o Presidente solicitou ao Senhor Joaquim Cavalcanti de Lyra que apresentasse ao Conselho os Processos nos 01832/83 e 00587/83 (anexo ao primeiro), da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, relativos à construção da nova sede da Bolsa de Valores, na Praça XV, na cidade do Rio de Janeiro. O Secretário fez minuciosa exposição do andamento do processo, desde sua primeira apresentação ao Conselho em 10.11.82, até o presente momento. Havendo algumas dúvidas a esclarecer o Conselho solicitou a presença, em separado, do Diretor de Tombamento e Conservação do IPHAN, do arquiteto Dora Alcântara e do Consultor jurídico da Subsecretaria, Dr. Raphael Carneiro da Rocha. Prestados os esclarecimentos solicitados, os referidos funcionários se retiraram, passando o Conselho a deliberar o assunto. Depois de usarem da palavra diversos Conselheiros decidiu o Conselho, à unanimidade, que a volumetria da construção da nova sede da Bolsa de Valores deverá obedecer aos seguintes parâmetros: o corpo do edifício compreendido entre a Praça XV e o prolongamento da linha limite dos prédios de nº 17 e 19 da rua do Mercado, fronteiros à nova edificação, terá por

altura máxima e do topo das fachadas voltadas para a mesma Praça XV, na quadra situada entre as ruas 1º de março e a rua do Mercado. O restante do corpo da nova edificação, compreendido entre a linha acima referida de prolongamento de limite dos prédios de nº 17 e 19 e a rua do Ouvidor, terá como altura máxima a de 10,50m, considerada como adequada às novas edificações nesta área do Corredor Cultural, quer pela legislação municipal vigente, quer pelos órgãos técnicos do SPHAN. Absteve-se de votar o Conselheiro José E. Mindlin por coerência com o voto anterior que aprovava o projeto inicialmente apresentado pela Bolsa de Valores. O Conselheiro Henrique Mindlin, impossibilitado de comparecer, por motivos de saúde, manifestou, por telegrama, a sua inconformidade com qualquer projeção que viesse a alterar substancialmente o aspecto paisagístico da Praça XV, em conformidade com o voto proferido no Conselho Universitário da UFRJ. Dando prosseguimento à reunião, já em caráter público, o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Eduardo Kneese de Mello, relator do processo nº 1.127-T-84, referente ao tombamento da caixa d'água denominada Reservatório de Mocó, localizada na Praça Chile, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas. O Conselheiro declarou tratar-se de obra curiosa, executadas digo executada com duas técnicas diferentes, julgando não ter o projeto arquitetônico do seu agrado. Considerando, porém, o sentido histórico da obra, concordou com o parecer dos técnicos do SPHAN, favorável ao tombamento. Recomendou, se decidido o tombamento proposto, fossem realizados estudos para a definição do entorno do monumento. O Presidente colocou a matéria em votação tendo o parecer do Relator sido aprovado unanimemente. Em seguida o Presidente solicitou a indicação, pelo Conselho, de um dos seus membros para integrar a comissão que deverá definir a utilização a ser dada ao prédio do Paço da Cidade, situado na Praça XV, no Rio de Janeiro, cuja restauração está em fase final. Foi escolhido o Conselheiro Américo Jacobina Lacombe. O Conselheiro Gilberto Ferez pediu a palavra para solicitar a atenção do Conselho para o péssimo estado de conservação em que se en-

contra a Casa de Banhos de D. João VI, abandonada há muitos anos e cujo telhado está praticamente destruído. Continuando, indagou do Presidente da veracidade de notícia veiculada pela imprensa, de que o Governo do Estado do Rio de Janeiro, teria mudado de sua intenção de construir o Memorial Getúlio Vargas no local aonde hoje se encontra o Chafariz, próximo ao Passeio Público. Sobre o assunto o Presidente confirmou ter tido conhecimento, por vias informais, de que o Governo do Estado estaria estudando a hipótese de construir o Memorial em área próxima à do Presidente Vargas. Retomando a palavra o Conselheiro Gilberto Ferez congratulou-se com o Museu Nacional de Belas Artes por estar promovendo a restauração de duas imensas telas pertencentes ao seu acervo, a da Batalha do Avaí e da Batalha dos Guararapes. A propósito o Conselheiro Alcídio Mafra de Souza confirmou as dimensões fora do comum das telas, tendo a primeira 92m² e a segunda 84 m². O Conselheiro Eduardo Kneese solicitou mais uma vez a atenção do Conselho para a situação do Casarão do Chá, em Mogi das Cruzes, ameaçado de ruir. O Conselheiro Gilberto Velho pediu a palavra para lamentar a situação em que se encontra o Museu Nacional, quer no aspecto físico, quer no institucional, assim como a dificuldade na continuação de iniciativas tomadas pela Secretaria da Cultura a respeito, tanto na gestão Aloísio Magalhães, como na gestão Marcos Vilaça. A Conselheira Maria Bilhão manifestou seu apoio às palavras do Conselheiro. A respeito do assunto o Presidente informou já ter comunicado as autoridades competentes a gravidade do caso estando a matéria, no momento, fora de sua alçada. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a sessão da qual eu, Joaquim Cavalcanti de Lima, Secretário, lavrei a presente ata, que subscrevo juntamente com o Presidente e os demais Conselheiros.

Dr. Marcos
Dr. Joaquim

Afonso Arinos
Pedro Calmon
Gilberto Freire

Max Justo Guedes
José E. Mindlin
Eduardo Kneese
Roberto Albuquerque
Gilberto Velho
Maria Beltrão
Lourenço Lacombe
Américo Lacombe
Alcídio Mafra

Max Justo Guedes
José E. Mindlin
[illegible]
[illegible]
[illegible]
Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão
[illegible]
Americo Jacobina Lacombe
Alcídio Mafra de Souza

Ata da Centésima Décima Terceira Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizada em Sta Catarina em 22.01.85.

As dez horas do dia vinte e dois de janeiro de mil novecentos e oitenta e cinco, no Quartel da Tropa da Fortaleza de Sta Cruz, na Ilha de Anhatomirim, em Sta Catarina, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a presidência do Senhor Marcos Vinícios Vilaça, sendo o secretário o senhor Irapoan Cavalcanti de Lyra, presentes os Conselheiros Pedro Calmon, Gilberto Ferrez, José E. Mindlin, Gilberto Velho, Gerardo Britto Raposo da Camara, Diretor do Museu Histórico Nacional, Lourenço Luiz Lacombe, Diretor do Museu Imperial de Petrópolis, Alcídio Mafra de Souza, Diretor do Museu Nacional de Belas Artes. Ausentes por motivo justificado, os Conselheiros Afonso Arinos de Mello Franco, Max Justo Guedes, Eduardo Kneese de Mello, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Maria da Conceição Beltrão, José Henrique Millan, Diretor do Museu Nacional e Américo Jacobina Lacombe, Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa. O Presidente abriu a sessão agradecendo, em seu nome e no do Conselho, a oportunidade daquela visita de trabalho à Ilha de Anhatomirim e a honra da presença do Senhor Governador do Estado de Sta Catarina e de tantas figuras graduadas do Estado. Passou a palavra ao Governador para que abrisse oficialmente a reunião. O Governador Espiridião Amim saudou os presentes dizendo de sua satisfação em participar daquela histórica sessão, num dos sítios mais ricos em memória do Estado de Sta Catarina. Manifestou o interesse do Governo no desenvolvimento de projetos culturais destacando o seu interesse particular no